

# Para ter uma língua “robusta”, é preciso assumir que ela é “um espaço de criação”

Universidades devem trabalhar para acolher melhor alunos dos PALOP e que têm dificuldade com o português, defendeu-se na conferência do PÚBLICO

Andreia Sanches e Margarida Valença

As estimativas do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua apontam para que só em oito dos nove países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) o português seja falado por mais de 240 milhões de pessoas. Estima-se que nas próximas décadas este número suba substancialmente. Moçambique, por exemplo, que tem 33 milhões de habitantes, terá 106 milhões em 2100; Angola passará de 36 milhões para 133 milhões.

A língua portuguesa é oficial em todos estes países, mas o número de falantes nativos e o grau de proficiência variam consideravelmente. Daí a questão: qual é verdadeiramente o papel do português e qual o seu futuro? “As nossas perspectivas têm de ser temperadas com a realidade, mas essa promessa [contida] nos estudos demográficos é uma realidade”, disse Florbela Paraíba, presidente do Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, ontem, num dos vários debates que integraram o programa da conferência do PÚBLICO, no Centro Cultural de Belém (CCB), em Lisboa.

Florbela Paraíba acredita que o português crescerá “vibrante” e “robusto”. Para isso deve ser assumido como “um espaço de criação, algo vivo”, com a “riqueza” de ser falado de formas tão diferentes em diferentes países. “Se todos fizermos a nossa parte daqui a 35 anos, quando o PÚBLICO fizer 70, estaremos todos num lugar muito melhor e com muito mais gente a falar português.”

A língua portuguesa foi o tema escolhido para o 35.º aniversário do jornal. Tema de uma série de reportagens publicadas ao longo de uma semana, e também da edição especial do jornal de ontem, que teve como director por um dia o actor e

humorista brasileiro Gregorio Duviervier. Foi também o mote da conferência no CCB que juntou escritores, professores, artistas de diferentes áreas disciplinares.

O orador principal, que deu início aos trabalhos, foi António M. Feijó, professor universitário, um crítico do Acordo Ortográfico de 1990, que lembrou como o Estado tende a considerar a língua “um bem público sob reserva do soberano”. Feijó lembrou Pessoa, que considerava que o Estado “nada tem a ver com a ortografia” que cada um decida adoptar – o poeta, de resto, não deixou de usar a ortografia que a Reforma de 1911 decidira alterar.

No debate sobre o ensino, moderado pelo jornalista Nuno Pacheco, olhou-se, sobretudo, para os países africanos onde o português é língua oficial. Inocência Mata, docente e investigadora na Universidade de Lisboa, não poupa críticas. “Os países africanos começaram por ensinar o português como língua materna, há 50 anos as pessoas ainda estavam presas a uma visão colonial do ensino da língua e começaram assim e não deu certo, claro.” Em Moçambique, por exemplo, estima-se que menos de 20% da população tenha o português como língua materna; macua é a mais falada.

“Mas estes países já foram percebendo que era preciso ensinar o português não como língua materna, mas como língua segunda”, prosseguiu a docente. “Porque os meninos não dominam o português como língua materna. Nesse sentido, tem havido formação de profissionais em Angola, em Moçambique – Moçambique está muito adiantado nesse campo e já implementa o ensino bilingue, o que é o ideal. É muito mais eficaz os meninos começarem a ser escolarizados de facto nas suas línguas maternas. Aliás é um direito que está consagrado na declaração



universal dos direitos linguísticos. E depois [deve] introduzir-se no 3.º ano a língua portuguesa, como língua estrangeira.”

As fragilidades no domínio da língua são visíveis entre os alunos provenientes desses países que chegam a Portugal para ingressar no ensino superior.

Clara Carvalho, docente e investigadora no ISCTE-IUL, citou um estudo do ano passado que mostra, disse, que 3% dos alunos do ensino superior português vêm dos PALOP, que esta percentagem está a crescer e que desde 2022/23 os alunos Guiné-Bissau estão a chegar em cada vez maior número. “E estes alunos, da

Guiné-Bissau, a esmagadora maioria, não falam propriamente português nem o entendem. Falam crioulo, que é uma língua armadilhada para estes alunos, porque tem um léxico semelhante mas uma estrutura gramatical muito diferente o que cria vários mal entendidos quando aqui chegam. E esta questão do crioulo tem de facto





O director do PÚBLICO, David Pontes, com António Feijó, presidente da Fundação Calouste Gulbenkian

## Falar português lá fora

O Presidente da República sinalizou no aniversário do PÚBLICO que o tema da conferência foi “excepcional” e lembrou que o homólogo brasileiro, Lula da Silva, tem sido um grande defensor do “reconhecimento mais operativo” do papel da língua portuguesa nas instituições internacionais. “Não quero desistir e não podemos desistir”, referiu o chefe de Estado. Para que tal aconteça, é preciso “ir mais longe”. Indicando que tem havido relações bilaterais no domínio da cultura entre os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o Presidente da República referiu que a campanha a favor da língua portuguesa falada nas instâncias internacionais “impõe uma conjugação de esforços”. Essas relações bilaterais têm de ser constantes e não esporádicas, diz, lembrando que para o ano há a eleição ao conselho de segurança da ONU.

Todos ganhamos com o multilateralismo”, afirmou. “O mundo está virado para o bilateralismo, que é uma maneira simpática de não dizer unilateralismo”, já que é um “bilateralismo definido por um”. Mas “a nós o que importa é manter vivo o multilateralismo”, na língua, nas culturas e nas relações internacionais”, frisou.

Na conferência, o Presidente da República aproveitou a oportunidade para descrever o PÚBLICO como “uma aventura que ainda não terminou e que se renova”. Segundo o chefe de Estado, o projecto do PÚBLICO “revolucionou a imprensa portuguesa” porque era um “jornal diferente de todos os outros” e “revolucionou o estatuto dos jornalistas”.

que as universidades deviam resolver.” A professora universitária considerou ainda que há “um grande racismo linguístico entre professores” do ensino superior. E que isso devia também ser discutido.

Há outros desafios, como sublinhou David Pontes, director do PÚBLICO, na sessão de abertura da conferência. “É descoroçoante perceber que num país que se debate com a questão do aumento da imigração, quando é crucial trabalhar a integração dos que chegam, é tão difícil os imigrantes encontrarem aulas de português. Entre 2021 e 2024 o número de estrangeiros adultos inscritos nos cursos de Português Língua de Acolhimento mais do que triplicou”, afirmou. “Não faz qualquer sentido, a língua continua a ser o melhor passaporte para nos entendermos.”

Por isso, por ser um “elo de ligação”, foi este o tema do 35.º aniversário do PÚBLICO, quando se celebram 500 anos do nascimento do Camões e os 50 anos das independências dos PALOP.



que ser muito mais trabalhada.”

Inocência Mata pediu bom senso para lidar com estes estudantes, sobretudo com os da Guiné-Bissau, com mais fragilidades. “Já propusemos na comissão científica de estudos africanos que a [nossa] faculdade desse aulas [de português] gratuitas; não aceitaram. Este é um problema

## Português como “força opressora”

# A língua como “ferramenta de poder” e veículo de desinformação

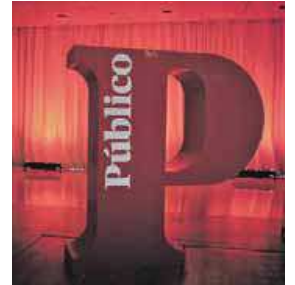
No dia em que o PÚBLICO fez 35 anos, debateu-se o poder e o impacto da língua. Para a jornalista e directora da SUMAÚMA, Eliane Brum, a língua é “uma ferramenta de poder”. No Brasil - um país com uma longa história de colonização -, a língua portuguesa “formal” e “cultura” esteve sempre “nas mãos das elites, das pessoas brancas, enquanto a maior parte da população brasileira é negra”. “A língua escrita foi sempre um elemento de dominação e sempre valeu mais do que a língua falada dos povos no Brasil”, adicionou no debate “A língua é o meio”.

Já, em Angola, conta o director do *Novo Jornal*, Armindo Laureano, “o português é a língua oficial”, enquanto as outras línguas faladas no país são regionais. “Os nomes tradicionais foram cortados ou substituídos por nomes portugueses”, porque “fugiam à norma”. “A língua passou de um instrumento de opressão para passar a ser “um elemento para construir espaços”, nota.

Além de ser utilizada como uma força opressora, a língua e, mais especificamente, as palavras são também utilizadas para promover a desinformação - realidade que não é exclusiva de Portugal. “Em Angola, nós vivemos numa espécie de desordem desinformativa muito bem organizada”, admitiu o director do *Novo Jornal*, Armindo Laureano, no primeiro debate da tarde da Conferência PÚBLICO. “A manipulação da informação faz com que as pessoas estejam desinformadas”, sendo que estas modificações acontecem sobretudo nas redes sociais - espaços onde os cidadãos optam por recolher as informações, em vez dos meios de comunicação.

Voltando o olhar para o Brasil, a desinformação também não é novidade. “As palavras já não movem nem assombam. E se a palavra não age, já não é palavra”, diz Eliane Brum, comparando a informação factual com uma carta que não chega ao seu destino. Para a jornalista, combater a desinformação passa também por dar voz às comunidades minoritárias. Procuram ainda “usar uma linguagem inclusiva e neutra” para que o jornalismo não seja feito “de fora” da situação, de “forma binária” e exclusivamente “por pessoas brancas”.

Noutros locais, os jornalistas que combatem estes fluxos de informação sofrem consequências. O jornalista Tom Bowker, fundador da *Zitamar News*, foi perseguido e expulso



PÚBLICO comemorou 35 anos

de Moçambique depois de uma “luta contra a desinformação”.

“Nenhum de nós estava preparado para esta dimensão de desinformação”, reconheceu o director do PÚBLICO, David Pontes, salientando a importância actual da inclusão de ferramentas como o *fact-checking* no dia-a-dia do jornalismo. “A nossa luta é a de reafirmar o valor da comunicação social, de fomentar e difundir cultura”, acrescentou.

Quando questionados sobre a replicação de um jornal como o *The Guardian*, mas português, o director do jornal *Contacto*, José Campinho, notou que “o português tem essa oportunidade”. “Não é algo simples. Mas gostava de ver isso acontecer e acho que há um lugar para tal”, adicionou. “As realidades são tão dispersas que tornam a iniciativa difícil”, apontou, por sua vez, David Pontes.

Na mesma tarde, desenrolou-se ainda um debate de economia que tinha como mote “Quanto vale o português?”. O encontro moderado pelo jornalista Manuel Carvalho contou com o investigador e fundador do Forum Demos, Álvaro Vasconcelos, e com o consultor estratégico Francisco Seixas da Costa como oradores principais.

Ambos concordaram que o poder das línguas está directamente relacionado com o poder dos países que as falam. No entanto, “em Portugal, não temos uma dimensão para inserir a língua portuguesa no quadro internacional”, disse Francisco Seixas da Costa. “Neste âmbito, devemos cooperar mais” com outros países.

Também Álvaro Vasconcelos concordou que a “Europa precisa de parcerias, como o Brasil e a América Latina”. “A língua traz-nos uma convergência natural e cultural”, disse. E actualmente, esta convergência é ainda mais “necessária para proteger o multinaturalismo”. PÚBLICO



## **Aniversário do PÚBLICO** **A língua encarada** **enquanto “espaço de criação”** **e “ferramenta de poder”**

**Sociedade, 16/17**

---

## **Ensino superior** **Mais de um terço dos** **estudantes universitários** **enfrenta transtornos mentais**

**Sociedade, 12/13**